

**FORTALECIMENTO DO ESPÍRITO ASSOCIATIVISTA COMO INSTRUMENTO  
DE DESENVOLVIMENTO LOCAL: O CASO DA PARCERIA ENTRE A  
UNIVERSIDADE E UMA COMUNIDADE TRADICIONAL DE PESCADORES  
LOCALIZADA NO SUL DA BAHIA, BRASIL**

**GT 7 – Economia solidária, Economia Criativa e Políticas Públicas**

Janfile Fernandes da Costa<sup>1</sup>  
Adrielli Santos de Santana<sup>2</sup>  
João Carlos de Pádua Andrade<sup>3</sup>  
Daianne Gabrielle Morais Behrmann<sup>4</sup>  
Katyanne Santana Gomes Estival<sup>5</sup>

**RESUMO**

A sustentabilidade social do desenvolvimento pode ser atingida através da ação coletiva e do capital social gerado em torno de atividades que contemplem a emancipação dos atores envolvidos. Nesse contexto, a Universidade Estadual de Santa Cruz, situada na região sul do Estado da Bahia, Brasil, desenvolve projetos de extensão visando o fortalecimento do associativismo local, entendendo que a emancipação social ocorre em virtude da autonomia coletiva da qual cabe a seus participantes a apropriação coletiva, a descentralização e a participação consciente no processo produtivo, na vida em sociedade e na criação cultural implicando no associativismo livre, fundamentado na igualdade dos indivíduos. Como exemplo desses projetos desenvolvidos, tem-se a parceria com uma determinada comunidade tradicional, que resultou em ações visando o fortalecimento produtivo do pescado e do artesanato através da introdução de novos equipamentos, montagem de centro de corte e costura, montagem de centro de inclusão digital e construção de casas populares, todas as ações acompanhadas de capacitações produtivas específicas, análise de mercado e capacitações organizacionais visando o fortalecimento do associativismo local. É possível afirmar que a presença da Universidade tem sido fundamental para o desenvolvimento comunitário, demonstrando que a união entre estes agentes possibilita ganhos para os dois lados, já que as ações de cunho social contribuem para o desenvolvimento de profissionais cidadãos, preocupados com a melhoria do ambiente em que vivem.

Palavras-chave: Comunidade Tradicional. Associativismo. Desenvolvimento. Economia Solidária.

---

<sup>1</sup> Graduanda de Ciências Econômicas da UESC, e-mail: janfile.linda@gmail.com

<sup>2</sup> Graduanda de Ciências Econômicas da UESC, e-mail: adrielli\_santana@outlook.com

<sup>3</sup> Professor de Economia da UESC, Doutorando em Desenvolvimento e Meio Ambiente - jcpandrade@uesc.br

<sup>4</sup> Graduada em Administração e Mestranda em Economia Regional e Políticas Públicas pela UESC - daianne\_behrmann@yahoo.com.br

<sup>5</sup> Professora do Departamento de Ciências Administrativas e Contábeis, e-mail: ksgestival@uesc.br



## 1 INTRODUÇÃO

A necessidade de se associar, ainda não que seja necessariamente inerte ao ser humano, certamente fora uma ferramenta há muito utilizada visando conquistas inatingíveis de uma perspectiva individualista. A história do associativismo se mescla com a da humanidade em si, uma vez que existem relatos de formas de coletivismo desde os primórdios. Os motivos para abrirem mão de uma lógica individualista por uma coletivista variou bastante durante o tempo. No princípio, tinha-se a necessidade de proteção contra predadores e cultivo, porém, com o passar do tempo, outras funções se agregaram a esta prática, ainda que mantendo sua função inicial, uma ferramenta de defesa de determinado grupo.

Com o desenrolar da história, outras formas de associativismo foram surgindo. Mutualismo, Cooperativismo e Economia Solidária, são algumas das muitas formas advindas da necessidade de se associar. Ainda historicamente, têm-se exemplos de associativismo espalhados por quase todos importantes períodos da história, com destaque para a Roma e Grécia antiga, que já utilizava práticas associativas como forma de inserção social, porém, foi na Idade Média que o associativismo tomou a sua forma mais acentuada, com o surgimento de associações propriamente ditas, tais como as “*Ghildas*”, nos países escandinavos, e as Associações de companheiros.

O capitalismo industrial foi um importante vetor para o associativismo, uma vez que o mesmo, notório pelo seu caráter excludente e acúmulo de riquezas, levou as classes desfavorecidas a se associarem mais uma vez, como uma forma de combater as mazelas que lhe foram impostas, em grande parte por conta dos adventos tecnológicos que geravam desemprego e pobreza. Surgida na Inglaterra durante a primeira e segunda revolução industrial, uma forma de cooperativismo que veio para combater em diferentes frentes os abusos por partes dos proprietários dos meios de produção, seja diretamente, por meio da destruição de maquinário, ou indiretamente, por meio de organização política e econômica (SINGER, 2000).

No Brasil, há registros do surgimento de associações beneficentes já em 1830, porém limitado a alguns estados. Entre 1882 e 1942 houve uma enorme difusão de associações por grande parte do território nacional, com destaque para os estados de Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, áreas mais populosas do país.

Com a redemocratização do país na década de 1980, um sentimento de retomada de poder se instaurou no país, de forma que cooperativas, agora respaldadas pela recém-criada constituição, proliferaram no território nacional (CAMARGO, 2008). Conhecida por economia solidária, se instaurou no país uma nova forma de combate à pobreza e exclusão social, caracterizada como uma outra proposta econômica em diferentes partes do mundo a partir de iniciativas, sobretudo de natureza cooperativista e associativista, oriundas da sociedade civil e dos meios populares. Essas iniciativas assumem diferentes configurações, desde aquelas que criam o seu próprio circuito de produção e consumo, alimentando cadeias socioprodutivas autônomas e, em alguns casos, fortemente baseadas em relações não-monetarizadas, até outras que empreendem relações mais permanentes com o mercado e desenvolvem diferentes tipos de parcerias com os poderes públicos.

Entende-se como economia solidária toda forma de organizar a produção, a circulação e o crédito pelos preceitos da solidariedade, da ajuda mútua, da democracia e da autogestão, diferente do modelo dominante (SINGER, 2000), envolvendo diferentes formas de organização nas quais os cidadãos e cidadãs se incumbem seja para criar sua própria fonte de trabalho, seja para ter acesso a bens e serviços de qualidade ao mais baixo custo possível, numa dinâmica solidária e de reciprocidade que articula os interesses individuais aos coletivos.

Outro firme apoiador do cooperativismo fora Marx, que no seu manifesto comunista afirmou que apenas na coletividade é que cada indivíduo encontra os meios de desenvolver suas capacidades em todos os sentidos, tornando-se possível a liberdade pessoal (MARX & ENGELS, 1984).

Verifica-se no âmbito das comunidades tradicionais, a presença de estruturas coletivas que visam contribuir com a melhoria econômica e social do local. Estas estruturas, por sua vez, demandam parcerias com organizações que possuem conhecimentos acumulados para obter aperfeiçoamentos. Nesse contexto, o presente trabalho visa demonstrar os resultados da parceria entre a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e uma comunidade de pescadores denominada de Pedras de Una, ambas situadas na região sul do Estado da Bahia, Brasil.

## 2. ASSOCIATIVISMO: CONCEITO E CARACTERÍSTICAS

O termo associativismo provém do latim *associare*, formado de *socius* ou companheirismo. O seu conceito relaciona-se com a adoção de meios de trabalho que incitem entre outros fatores, a confiança, ajuda mútua e o fortalecimento do capital humano. Maron (2001), afirma que o associativismo envolve as associações entendidas como grupos de indivíduos unidos em torno de finalidades específicas e mantidos coesos por meio de procedimentos reconhecidos e sancionados. As associações são formas de conjugação de esforços para consecução de objetivos que não seriam possíveis de obter isoladamente, por pessoas - físicas e ou jurídicas.

Com a intenção de superar obstáculos, fortalecer relações e promover a melhoria individual e coletiva, as pessoas e as empresas que tem objetivos comuns se unem em associações procurando gerar benefícios ou fornecer serviços para os associados. As associações somam serviços, atividades e conhecimentos na busca de um mesmo conjunto de interesses e podem ser formais, legalmente organizadas, ou informais, sem valor legal. Um dos principais objetivos das associações de produtores é defender os interesses específicos de seus associados, seja na hora de comprar a matéria-prima ou de garantir meios para a obtenção de preços justos na venda ou divulgação dos produtos (CIELO et. al., 2009, p. 1).

O associativismo objetiva fundamentalmente promover atividades econômicas em uma região, além do interesse dos empresários cooperando ativamente entre entidades públicas e privadas. O associativismo possibilita a interação dos diferentes setores econômicos, ao passo que se caracterizam como entidades interventoras do desenvolvimento empresarial, regional e nacional.

Gonança (2006) admite que o associativismo seja essencial à manutenção e estabilidade do sistema político, ao permitir a integração de interesses individuais e sua expressão na esfera pública. Denota-se então, que o Estado possui razões para estimular o associativismo, dentre as quais destacam-se:

- i) minimizar conflitos sociais;
- ii) viabilizar a realização do grande capital aproveitando um potencial humano e patrimonial estagnado;
- iii) reintegrar, no circuito da produção de mercado, agricultores, modificando o padrão tecnológico e a produtividade e melhorar a qualidade de vida e nível de renda dos pequenos agricultores e aquicultores.

Maximiano (2004) entende que a partir do momento em que existam pessoas utilizando recursos a fim de obter certos objetivos, o processo de gerir ou administrar torna-se intrínseco em qualquer situação. O desígnio final do processo de administrar é proporcionar a realização de objetivos por meio da aplicação e gerenciamento dos recursos disponíveis. O fato de que determinados objetivos só são capazes de serem obtidos através da atuação coordenada de grupos de pessoas justifica a razão da existência das organizações.

O conceito de gestão aplica-se à realidade do associativismo, visto que de acordo com Cielo et al. (2009), as pessoas trabalham como parte de uma estrutura facilitando o processo de encontrar soluções para os problemas que surgem em qualquer negócio e permitindo que mais ideias sejam discutidas na hora de criar, produzir, divulgar e auxiliar nas estratégias de venda.

Segundo Cielo et. al. (2009) na administração de uma associação precisa conter pelo menos três órgãos: a assembleia geral, a diretoria administrativa e o conselho fiscal, pode existir ainda um quarto órgão que é o conselho deliberativo. Acrescenta ainda que consiste na diretoria administrativa a responsabilidade pela gestão da associação e execução das decisões dos associados, sendo necessariamente composta pelos seguintes membros: presidente, vice-presidente, secretario e tesoureiro.

Gonança (2006) argumenta que o associativismo produtivo consiste em uma maneira de organização social para o trabalho a qual difere das tradicionais estruturas produtivas baseadas na relação capital-trabalho. Esse segmento assemelha-se a organização cooperativa de trabalho e da produção. Admite ainda que o associativismo produtivo brasileiro tem particularidades eminentemente rurais, sofrendo influência do Estado em sua organização. Para ele, programas de empréstimos e incentivos aos agricultores (gerenciados por bancos públicos e órgãos de fomento) propõem-se a canalizar seus recursos a agricultores e produtores, potencializando a proliferação de associações.

Segundo Abrantes (2004) apud Bulgakov e Kunzler (2011) a união de pequenos empreendedores, especialmente na área agrícola, apresenta uma série de vantagens como aumento da produtividade, redução dos custos, obtenção de descontos, produção em escala, facilidades na comercialização, melhores preços na compra e venda conjunta, troca de informações e técnicas pelos associados, eliminação do intermediário, redução do risco, aumento do convívio social, fortalecimento da cidadania, resolução de problemas comuns e fortalecimento diante de dificuldades técnicas, econômicas e sociais.



Araújo (2003) apud Bulgakov e Kunzler (2011) salienta que a organização do segmento agropecuário caracteriza-se pelo grande número de produtores rurais, predominantemente pequenos, distribuídos e distanciados em grandes espaços com pouca organização representativa, de modo que não possuem capacidade suficiente para formar o preço de seus produtos. Realidade que demonstra a fragilidade do segmento agropecuário, consequência da desorganização, da falta de informação dos produtores, da fragilidade da organização e da coordenação das cadeias produtivas.

Percebe-se, diante do contexto exposto, a importância das organizações coletivas como vertente para a melhoria social e econômica dos atores envolvidos, sentido esse que orienta a apresentação do presente artigo.

## **2.1 Economia Solidária**

A Economia Solidária surge entre três paralelos, o político, o econômico e o social, visando encontrar a problemática de um determinado local (LAVILLE; ROUSTANG, 1999). Com o avanço da produção capitalista, fez-se necessário um novo paradigma de organização nas atividades econômicas, e dentre esses moldes, está a economia solidária, ratificando os modos populares e a cooperação econômica como meio de novas experiências (GAIGER,).

Nem toda economia popular tem perspectiva solidária, pois não são, exclusivamente, populares e coletivas, diante disso, a Economia Solidária se propõe a melhorar a qualidade de vida da população como um todo, e não apenas como um movimento econômico (CORRÊA, 1997). Analisando a produção capitalista, Paul Singer (2000) afirma que a economia solidária, utiliza desse apetrecho para lançar bases de novas formas organizacionais, que cada indivíduo possa, no futuro, adquirir um emprego e se integrar de forma individual e/ou coletiva.

A Economia Solidária se fundamenta e se dissemina com base na participação, democracia, cooperação, igualdade, responsabilidade com o social, desenvolvimento humano, preservação do equilíbrio dos ecossistemas, se interligando nacional e internacionalmente, abrindo novas portas de trabalho e promovendo a transformação social (MANCE, 2000).

Chavez e Pinto (2007) afirmam que o modelo tradicional de mundo, criou novas formas de organização do trabalho, o que gerou muitas crises devido às mudanças, dentre esses aspectos, o Fórum de Economia Brasileira Solidária reforça a importância dos valores

humanos e culturais que são frutos de novas práticas econômicas, culturais, cooperativas e por fim, solidárias.

A Economia Solidária é, sem dúvida, um viés de lutas e conflitos em busca da democracia e desenvolvimento humano e social, onde a sociedade persegue seus direitos e encontra nessa ciência, uma alternativa de se transformar, como também, o espaço ao seu redor (POCHMANN, 2006).

### **3. METODOLOGIA UTILIZADA**

Como metodologia utilizada no presente artigo, tem-se a pesquisa bibliográfica e os resultados parciais das ações de extensão desenvolvidas pelo Escritório de Projetos e Consultorias Econômicas (EPEC) núcleo vinculado aos Departamentos de Economia e Administração da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), situada entre as duas principais cidades da região: Ilhéus e Itabuna, e a comunidade de pescadores denominada de Pedras de Una.

A comunidade de Pedras de Una localiza-se na região sul da Bahia, abrangendo uma área de manguezal, rio e costa atlântico (Figura 1), de onde os pescadores e as marisqueiras extraem sua principal fonte de renda: pescados e mariscos. Com uma população de cerca de mil habitantes, dos quais 90% tem na pesca a principal fonte de renda, caracterizando a comunidade local como de pescadores artesanais.

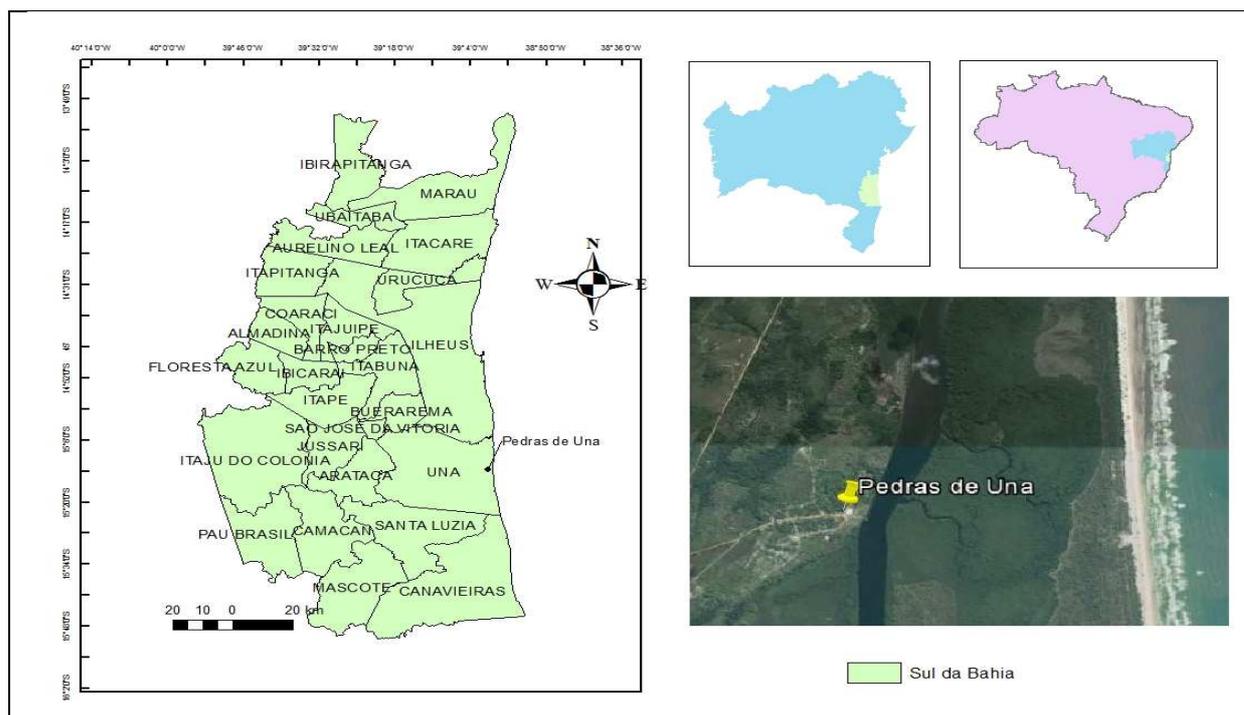


Figura 1 – Localização da Comunidade de Pescadores de Pedras de Una, sul da Bahia, Brasil.

As ações desenvolvidas pelo EPEC na comunidade de pescadores de Pedras de Una podem caracterizar-se como uma pesquisa-ação, aquela definida por Thiollent (1985) apud Novaes e Gil (2009), como uma pesquisa constituída de uma base empírica, realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. Podem figurar também como pesquisa participante consistindo em um método de pesquisa em que o pesquisador procura tornar-se membro do grupo observado, passando a compartilhar as experiências de vida visando uma melhor compreensão da cultura, dos hábitos e das convenções sociais do local (NOVAES & GIL, 2009).

Uma prática utilizada pelos profissionais do EPEC, formados por professores, graduandos e pós-graduandos, é envolver-se com as ações da comunidade para melhor dimensionamento das suas dificuldades e capacidades. Nesse sentido, a pesquisa participante e a pesquisa-ação possuem semelhanças no que tange o envolvimento dos pesquisadores com a comunidade, entretanto, diferem-se quanto aos seus objetivos. A pesquisa-ação pode ser de caráter social, educativo, técnico ou outro, enquanto que a pesquisa participante objetiva emancipar as pessoas ou comunidades com as quais trabalham. E neste sentido, salienta-se que um dos objetivos das parcerias entre o EPEC e as instituições envolvidas é proporcionar a emancipação das comunidades para que estas possam conduzir suas ações de forma independente sem que seja necessário estar sob a tutela contínua do EPEC.

O trabalho desenvolvido com a comunidade de Pedras de Una possui uma metodologia participativa, cujo caminho visa a definição de algumas etapas que determinam a orientação a ser seguida para o alcance de resultados satisfatórios (KUMMER, 2007), são estas:

- i) sensibilização e mobilização da comunidade;
- ii) diagnóstico participativo;
- iii) planejamento participativo;
- iv) execução de atividades e projetos específicos;
- v) monitoramento, avaliação, acompanhamento e replanejamento.

Durante o processo utilizou-se o Diagnóstico Rural Participativo (DRP), que configura-se como uma técnica de levantamento de informações em conjunto com as comunidades pesquisadas, fazendo da colaboração dos atores locais peça determinante para a realização do trabalho. Este método considera as características e a dinâmica social da comunidade, identificando as principais atividades econômicas e os principais problemas enfrentados, para, a partir de então, propor soluções (VERDEJO, 2006).

Acrescenta-se também, que o método utilizado para expor as ações e resultados na comunidade, caracteriza-se como pesquisa descritiva, que para Gil (1997) *apud* Silva e Menezes (2000, p.21), visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis podendo assumir, em geral, a forma de levantamento.

#### **4. ANÁLISES E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

O consumo mundial de pescado tem apresentado taxas de crescimento elevadas nos últimos anos, no momento em que fatores como a preocupação com alimentação de qualidade, e frequentes problemas de risco alimentar influenciam este comportamento. A preocupação em consumir alimentos mais saudáveis, que apresentem baixos teores de gordura, livres de colesterol e produzidos sem o uso de produtos químicos, tem contribuído para um incremento na demanda das chamadas carnes brancas, grupo ao qual pertence o peixe (MICHELS 2002 *apud* FELISMINO et. al. 2005)

A região nordeste do Brasil configura-se como a maior produtora de pescado do Brasil, produzindo cerca de 400 mil toneladas/ano, tendo o estado da Bahia como o terceiro

maior produtor nacional, com cerca de 120 mil toneladas/ano, extraídos de uma faixa litorânea de 1.180 km de extensão. Embora se verifique otimismo relacionados a economia da pesca, ainda existem algumas questões que limitam o desenvolvimento do setor aquícola como: o custo elevado da terra, o custo energético, falta de mão de obra especializada, ineficiência econômica e social no uso dos recursos produtivos decorrentes, da sobrepesca - situação na qual a atividade pesqueira deixa de ser sustentável necessitando de maiores esforços para produção, da alocação inadequada dos insumos produtivos, da falta de uma política apropriada para desenvolvimento e controle da atividade e principalmente da falta de visão estratégica e empresarial que a atividade exige.

Outro aspecto relevante na economia da pesca refere-se ao processo de comercialização. De acordo com Pinho (1986), os pequenos produtores terão maior facilidade em produzir e comercializar seus produtos por meio de formas associativistas. As associações representam, além da função social inerente as organizações, uma variante de desenvolvimento econômico a partir da produção que agrega investimento e mão de obra, fatores essenciais que impulsionam outras vertentes como capital e renda gerando tributos e receita.

Semelhante ao exposto no parágrafo anterior, verifica-se que a comunidade de Pedras de Una visando melhorar as condições socioeconômicas locais, institucionalizou a Associação dos Pescadores e Marisqueiras de Pedras de Una (Amepedras), no ano de 1996, entendendo ser um viés que fortaleceria seus esforços. A relação de parceria entre a Universidade Estadual de Santa Cruz e a Amepedras, deu-se em virtude da convergência de ambos interesses: primeiro a Universidade necessitava de espaços e atores interessados em participar de ações de extensão as quais, inicialmente, focavam em capacitações, e segundo, a Amepedras, apesar de ter mais de uma década de existência, possui sede própria juntamente com píer para embarque e desembarque, apresentava dificuldades em alavancar novas ações de geração de renda e melhorias sociais.

A inserção da universidade na comunidade deu-se no final do ano de 2010, através do projeto denominado *Formação do APL (Arranjo Produtivo Local) do caranguejo e do camarão na reserva extrativista de Canavieiras no sul da Bahia* apoiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), o qual visava capacitar as comunidades Reserva Extrativista (RESEX) de Canavieiras, visando o fortalecimento do APL do caranguejo e do camarão. A primeira atividade desenvolvida na comunidade foi a realização de diagnóstico rápido e participativo (DRP) dividido em duas etapas: primeiramente foram

entrevistadas as lideranças da comunidade e em seguida, os demais participantes da comunidade reunidos em grupo (Figuras 2 e 3).

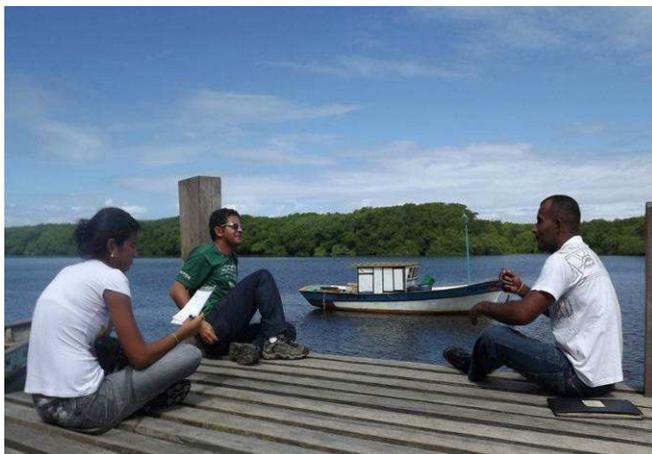


Figura 2 - DRP realizado de forma individualizada na comunidade de Pedras de Una.



Figura 3 - DRP realizado com os participantes da comunidade de Pedras de Una.

Através do DRP foi possível identificar as dificuldades e anseios da comunidade e verificar que a criação da Amepedras deu-se em virtude do entendimento da própria comunidade de que, através do associativismo, as dificuldades locais poderiam ser sanadas, ou pelo menos, amenizadas.

Através do DRP, foi possível perceber também que a comunidade encontrava-se com certo nível de desânimo em função dos resultados frustrantes de ações anteriores e que, propor ações apenas de capacitações naquele momento como previa o projeto apoiado pelo CNPQ, não seria oportuno. Como solução, optou-se por propor uma parceria com o objetivo de buscar soluções para as dificuldades locais, incluindo nestas, a realização de capacitações.

Como resultado imediato dessa parceria recém estabelecida, ocorreu o firmamento da doação pelo poder público local de uma área para construção de moradias para os pescadores de baixa renda que residiam em áreas de riscos, ocorrida em uma reunião de trabalho do EPEC com a Amepedras. E por este fato, ocorrido muito mais pelo esforço da própria associação, parcela dos presentes naquela reunião, atribui a concretização daquele sonho ao clima positivo trazido pela nova parceria firmada, algo sempre lembrado pelos pescadores da importância da presença do EPEC no seio da comunidade.

No desenvolvimento das atividades com a comunidade, percebeu-se, através do DRP e das observações captadas pela pesquisa-ação e participante, a necessidade de introduzir novas alternativas econômicas. O público feminino colocou o interesse de serem desenvolvidas capacitações em outras atividades a exemplo do artesanato e de produção de vestimentas.

Partindo dessa necessidade local atrelada ao fato do EPEC já desenvolver algo semelhante em outras comunidades com o apoio financeiro do projeto denominado “Fortalecimento do processo produtivo e comercial de dois grupos sociais situados no território de identidade litoral sul” oriundo da Fundação de Amparo a Pesquisa no Estado da Bahia (FAPESB) e com objetivo de melhorar os arranjos produtivos das instituições coexecutoras e conseqüentemente provocar melhorias na qualidade de vidas das famílias envolvidas, foi montada uma unidade produtiva com máquinas de costuras, onde são desenvolvidas capacitações e produção de vestimentas (Figura 4). Não obstante, o projeto também contemplou oficinas para jovens, visando desenvolver suas capacidades criativas através do artesanato (Figura 5). Durante as oficinas as jovens desenvolviam suas capacidades através de desenhos em camisetas, expressando suas habilidades artísticas de um modo simples e descontraído, absorvendo os valores do trabalho em grupo e a importância da arte como agente transformador da realidade social.



Figura 4 – Participante do curso de corte e costura, exercitando o conhecimento adquirido.



Figura 5 – Artesanato desenvolvido com jovens da comunidade.

Algo comum no desenvolvimento de projetos de extensão é a dinâmica inerente as ações pensadas e que acabam desencadeando outra ou outras atividades não pensadas no momento de elaboração do projeto, semelhante a uma bola de neve. Dessa forma, a ação de extensão deve atentar para a incorporação de atividades que poderão surgir ao longo do processo e outras que foram pensadas e que deverão ser reformuladas ou até mesmo excluídas.

Esse dinamismo inerente ao desenvolvimento de ações de extensão junto a comunidades tradicionais possibilitou a construção de um projeto visando melhorar as condições produtivas e comerciais do pescado local. A elaboração do projeto ocorreu em conjunto com a comunidade onde o EPEC transcrevia para a proposta suas demandas e

anseios. Como resultado, o projeto intitulado “Desenvolvimento da produção de mariscos na comunidade de Pedras de Una no sul da Bahia” com objetivo principal de fortalecer a cadeia produtiva do pescado, estruturando, organizando, expandindo a produção e comercialização do pescado e mariscos, de modo a agregar valor aos produtos, tornando-os mais competitivos no mercado, foi aprovado pela FAPESB.

A primeira atividade desenvolvida pelo novo projeto refere-se a reforma da sede da Associação onde foi montado um centro de beneficiamento do pescado, visando agregar valor aos produtos. Os recursos do projeto junto com a dedicação da Amepedras em captar outros recursos e trabalhos voluntários possibilitou dobrar o tamanho da sede da associação (Figuras 6 e 7).



Figura 6 – Sede da Amepedras no final do ano 2012.



Figura 7 – Sede da Amepedras no início de junho de 2013.

Com a nova estrutura da sede da associação, tem-se espaço para agregar sonhos outrora da comunidade de pescadores a exemplo do centro de inclusão digital, da unidade de produção de vestimentas, do centro de beneficiamento do pescado e ambiente adequado para realização de encontros, reuniões e atividades recreativas (Figuras 8, 9, 10 e 11).



Figura 8 – Montagem do centro de inclusão digital e



Figura 9 – Centro de produção de vestimentas na sede



capacitação de jovens na sede da Amepedras: da Amepedras: outubro/2013.  
outubro/2013.



Figura 10 – Montagem do centro de beneficiado do pescado na sede da Amepedras: abril/2013.



Figura 11 – Reunião de planejamento das comunidades de pescadores da região realizada na sede da Amepedras: fevereiro/2014.

Todos os projetos desenvolvidos na comunidade, um do CNPQ e dois da FAPESB, são munidos de capacitações com intuito de transferir conhecimentos capazes de prover a comunidade de habilidades para escrever e gerir seus próprios projetos. Além das capacitações em corte, costura, artesanato e informática, são realizadas outras com os seguintes temas:

- i) associativismo, buscando enfatizar sua importância enquanto promotor do fortalecimento da produção e comercialização a partir da união dos esforços dos moradores;
- ii) gestão de associação, visando evidenciar a importância dos aspectos legais e obrigações fiscais que permeiam as organizações inseridas no terceiro setor;
- iii) elaboração e análise de viabilidade econômico-financeira, com intuito de desenvolver conhecimento e habilidades específicas a fim de estimular os associados para realizar estudos de viabilidade econômica, sendo estes fundamentais para o aperfeiçoamento da gestão dos empreendimentos associativos;
- iv) métodos de comercialização da produção pesqueira, que visa demonstrar os melhores meios de comercialização capazes de proporcionar o desenvolvimento da comunidade local, mensurando a capacidade produtiva, quantificação das vendas e meios de comercialização a serem explorados.

As ações desenvolvidas visando o fortalecimento da comunidade de pescadores de Pedras de Una envolve também estudos de mercado com a finalidade básica de estimar em que quantidade, a que preço e quem comprará os produtos da comunidade, sendo, portanto, um campo para que a equipe do EPEC coloque em prática os conceitos relacionados aos temas de análise de viabilidade econômica e financeira.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As justificativas para a realização das ações de fortalecimento da atividade pesqueira na comunidade de Pedras de Una baseiam-se na dicotomia existente entre a demanda e oferta por pescados e as limitações produtivas da comunidade, reconhecida historicamente como uma comunidade de pescadores e que necessita de aporte técnico e de infraestrutura capaz de elevar a produção.

De acordo com Rocha e Rocha (s/d), o consumo médio de pescado no Brasil gira em torno de 9,03 kg/habitante/ano e que a oferta interna é incapaz de suprir essa demanda, a qual é atendida com importações, demonstrada pela balança comercial do ano de 2009, por exemplo, onde foram exportados US\$ 169 milhões e importados US\$ 688 milhões, demonstrando que a produção brasileira não é condizente com o potencial brasileiro com seus múltiplos recursos dulciaquícolas e estuarinos, amplamente disponíveis em todas suas macrorregiões.

Todavia, existem algumas questões limitantes para o desenvolvimento do setor aquícola: o custo energético, falta de mão de obra capacitada, ineficiência econômica e social no uso dos recursos produtivos, da alocação inadequada dos insumos produtivos e principalmente, falta de visão estratégica e empresarial que a atividade exige. Além do fato de ser uma atividade puramente extrativista que está subordinada ao meio natural e aos ciclos biológicos e ser caracterizada como uma atividade artesanal, cenário semelhante a situação na comunidade de Pedras de Una.

Um exemplo claro do exposto no parágrafo anterior é a forma como as marisqueiras locais coletam e processam os mariscos. Elas precisam fazer longas caminhadas das suas residências até os locais de coletas – algo que poderia ser contornado com pequenas embarcações –, coletam os mariscos e no final da tarde, fazem a extração da parte comercial dos mariscos. Essa última atividade, além de ser dividida com os afazeres domésticos,

apresentam sérias limitações higiênicas. Com todo o esforço na atividade, o produto é vendido para atravessadores por um preço equivalente a um quinto do valor praticado nas praias do litoral de Ilhéus.

Diante do contexto exposto, a ação do EPEC visando melhorar a estrutura produtiva através da montagem de um centro de beneficiamento do pescado favorecerá, como aponta Moraes (2005) *apud* Ritter (2007), a centralização das atividades, a estocagem do produto, a organização de um local para comercialização, e garantirá a possibilidade para o consumidor de rastrear sua origem em casos de problemas, viabilizando o controle de qualidade exercido pelos órgãos responsáveis (como a Vigilância Sanitária e o Serviço de Inspeção Estadual e/ou Federal), que dão a certificação de qualidade do produto.

Acrescentado as demais ações desenvolvidas na comunidade, é possível afirmar que a presença do EPEC junto à comunidade de Pedras de Una tem sido fundamental para o seu desenvolvimento, demonstrando que a união entre estes agentes possibilita ganhos para os dois lados, já que as ações de cunho social contribuem para o desenvolvimento de profissionais cidadãos, mais preocupados com a melhoria do ambiente em que vivem e engajados para solucionar problemas de uma sociedade tão desigual. Nesse ambiente, a equipe do EPEC pode colocar teorias em prática e analisar os impactos gerados.

Os resultados parciais obtidos na comunidade corroboram ao exposto por Moral (2003), onde a sustentabilidade social do desenvolvimento pode ser atingida através da ação coletiva e do capital social gerado em torno dos projetos. A ação coletiva baseando-se na apropriação coletiva dos meios de produção e dos recursos não materiais como as regras formais e informais, conhecimentos e valores sociais. E o capital social, como sendo o conjunto de recursos sociais que uma população pode recorrer para melhorar suas condições de vida, promovendo a confiança, a ajuda recíproca e a cooperação.

Percebe-se também que, no desenvolvimento de ações de extensão, os bons resultados dependem do nível de solidariedade, de cooperação e de confiança entre os atores envolvidos o que gera um maior capital social, que por sua vez se traduz numa maior identidade, no incremento da harmonia social e numa maior governabilidade, cenário perceptível na relação EPEC/AMEPEDRAS, cujos méritos devem ser direcionados às instituições de apoio a projetos de extensão que no presente caso, são CNPQ e FAPESB, tendo esta última uma presença mais constante e incisiva na promoção do desenvolvimento da comunidade de Pedras de Una, local que o EPEC tem como modelo para desenvolvimento de ações de extensão e pesquisas.

Do contexto exposto no parágrafo anterior, percebe-se a importância da parceria entre diversos atores na busca de um bem comum, a melhoria da qualidade de vida num sentido amplo do conceito, onde é possível levar a Universidade para o seio da comunidade de pescadores e juntos, buscarem soluções para as dificuldades existentes.

## **APOIO RECEBIDO**

O presente artigo é fruto de três projetos: Formação do APL do caranguejo e do camarão na reserva extrativista de Canavieiras no sul da Bahia (CNPq) e dois apoiados pela FAPESB: Fortalecimento do processo produtivo e comercial de dois grupos sociais situados no território de identidade litoral sul e Desenvolvimento da produção de mariscos na Comunidade de Pedras de Una no sul da Bahia.

## **REFERÊNCIAS**

BULGAKOV, Sergio; KUNZLER, Mali Teresinha. As estratégias competitivas e colaborativas e os resultados individuais e coletivos no associativismo rural em Quatro Pontes (PR). **Revista de Administração Pública**. FGV, 2011.

CAMARGO PEREIRA, M. C. **Economia Solidária**: experiências autogestionárias no Brasil e na Argentina. In: V Encontro de Pesquisadores Latino- Americanos de cooperativismo, 2008, Ribeirão Preto. V Encontro de Pesquisadores Latino- Americanos de Cooperativismo. Ribeirão Preto, 2008. v. 01. p. 90-90.

CHAVES, D. F.; PINTO, I. M. de J. Economia Solidária como alternativa de desenvolvimento regional. **T&C Amazônia**. Ano V, n. 10, fev. 2007.

CIELO, Ivanete Daga. **Associativismo**: União de pessoas por um objetivo em comum. Ivanete Daga Cielo, Ricardo Mer-cadante, Fabiana Severo, Katia Fabiane Rodrigues, Ana Caroline Santos Franzen, Patrícia Hahn e Sandra Regi-na Kchesinski Bueno. Projeto Gerart: 2009.

CORRÊA, Luís Oscar Ramos. **Economia popular, solidária e autogestão**: o papel da educação de adultos neste novo cenário. Programa de ensino fundamental para jovens e adultos. Porto Alegre: UFRGS. 1997. 16 p.



FELISMINO, et. al. **Análise do pescado oferecido nos pontos de venda de Campo Grande, sob o ponto de vista dos clientes.** Campo Grande, 2005. Disponível em: <[http://www.ead.fea.usp.br/semead/9semead/resultado\\_semead/trabalhosPDF/296.pdf](http://www.ead.fea.usp.br/semead/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/296.pdf)> Acessado em: 23 jun. 2012.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH.** Salvador, n. 39, 2003. Disponível em: <[http://www.ufpa.br/itcpes/documentos/eco\\_sol\\_mod\\_cap.pdf](http://www.ufpa.br/itcpes/documentos/eco_sol_mod_cap.pdf)>

GONANÇA, Alexandre Ciconello. **Associativismo no Brasil:** características e limites para construção de uma nova institucionalidade democrática criativa. Dissertação (mestrado). Brasília, 2006.

KUMMER, Lydia. **Metodologia participativa no meio rural:** uma visão interdisciplinar. Conceitos, ferramentas e vivências. - Salvador: GTZ, 2007.18

LAVILLE, Jean-Louis; ROUSTANG, Guy. **L'enjeu d'un partenariat entre État ET société civile.** In: DEFOURNY et AL. Economie social au Nord et au Sud. Bruxelles: Deboeck, 1999.

MANCE, Euclides A. **Economia solidária:** um novo paradigma. Seminário Catarinense de Economia Solidária. Florianópolis, 2000.

MARON, Alana Magalhães Vasconcelos. **Nível de satisfação dos pescadores da Colônia Z-34 em Ilhéus, BA, no ano de 2001.** Monografia (graduação) – Faculdade de Ciências Econômicas, UESC, Ilhéus, 2001.

MARX, K.; ENGELS, F. **O Manifesto Comunista.** São Paulo: Paz e Terra. 1998.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Teoria geral da administração:** da revolução urbana à revolução digital. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MORAL, Júlio B. del. **La acción colectiva:** base del desarrollo sustentable. Relatório da COCIHP – Coordenadora de Organizaciones Campesinas e Indigenas de la Huasteca Potosina para o Fondo Mink'a de Chorlavi. Disponível em: <[www.fondominkachorlavi.rog](http://www.fondominkachorlavi.rog)> Acesso em: 12 dez. 2003.



NOVAES, Marcos Bidart Carneiro de; GIL, Antonio Carlos. **A pesquisa-ação participante como estratégia metodológica para o estudo do empreendedorismo social em Administração de Empresas.** RAM, Rev. Adm. Mackenzie (Online), São Paulo, v. 10, n. 1, Feb. 2009. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1678-69712009000100007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-69712009000100007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 16 jan. 2012.

PINHO, Diva Benevides. **Economia informal, tecnologia apropriada e associativismo.** São Paulo: IPE/USP, 1986, p. 29-30.

POCHMANN, Marcio. **Economia solidária no Brasil:** possibilidades e limites. Mercado de Trabalho, v. 24, p. 23, 2004. Disponível em:  
<<http://empreende.org.br/pdf/Democracia%20e%20Participa%C3%A7%C3%A3o/Economia%20solid%C3%A1ria%20no%20Brasil%20possibilidades%20e%20limites%20E2%80%93%20IPEA.pdf>>

RITTER, Paula Durgante. **Da Roça ao Mar:** Estudo de uma comunidade de marisqueiros em Jurujuba, Niterói (RJ). Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social – EICOS) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, 2007. Orientador: Tania Maria de Freitas Barros Maciel. Disponível em:  
<[http://www.psicologia.ufrj.br/pos\\_eicos/pos\\_eicos/arqanexos/arqteses/paularitter.pdf](http://www.psicologia.ufrj.br/pos_eicos/pos_eicos/arqanexos/arqteses/paularitter.pdf)>  
Acessado em 24/04/2012.

ROCHA, Itamar de Paiva Rocha; ROCHA, Diego Maia. s/d. Panorama da Produção Mundial e Brasileira de Pescado, com Ênfase para o Segmento da Aqüicultura. Disponível em:  
<[http://www.abccam.com.br/abcc/images/stories/publicacoes/13\\_-\\_Panorama\\_da\\_Produo\\_Mundial\\_e\\_Brasileira\\_de\\_PescadoFINAL.pdf](http://www.abccam.com.br/abcc/images/stories/publicacoes/13_-_Panorama_da_Produo_Mundial_e_Brasileira_de_PescadoFINAL.pdf)>. Acessado em: 29 mar. 2012.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, E.M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação.** 4ª ed. rev. atual. – Florianópolis: UFSC, 2005. Disponível em:  
<[http://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia\\_de\\_pesquisa\\_e\\_elaboracao\\_de\\_teses\\_e\\_dissertacoes\\_4ed.pdf](http://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes_4ed.pdf)>. Acesso em: 17 jan. 2013.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo. **A Economia Solidária no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2000.

VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico rural participativo:** guia prático DRP. Revisão e adequação de Décio Cotrime Ladjane Ramos. - Brasília: MDA / Secretaria da Agricultura Familiar, 2006.